

Para uma história da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) no Brasil: alguns fragmentos

Towards a history of Acceptance and Commitment Therapy (ACT) in Brazil: some fragments

Luc Vandenberghe¹, Olivia Rodrigues da Cunha²

[1] Pontifícia Universidade Católica de Goiás [2] Clínica particular | **Título abreviado:** ACT no Brasil | **Endereço para correspondência:** Av. Ruy Barbosa Qd. 148 Lt.12 Casa 1 – Setor Jáo – Goiânia/GO. CEP 74674-070 | **Email:** luc.m.vandenberghe@gmail.com e olivia.rcunha@gmail.com | **doi:** 10.18761/PAC.ACT.029

Resumo: Este artigo considera a trajetória conceitual da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e sua disseminação no Brasil. Descreve como a ACT foi pensada, num contexto fortemente influenciado pela Análise Experimental do Comportamento, como uma alternativa à Terapia Cognitivo-Comportamental. A ACT inspirou-se em estudos experimentais sobre controle verbal e seguimento de regras e na filosofia contextualista. Apresentado por Steven Hayes durante visitas ao Brasil, a abordagem foi adotada logo no início por alguns grupos de terapeutas comportamentais, que vislumbraram na ACT uma solução coerente para o trabalho com pensamentos e emoções. No entanto, faltava o aval da liderança ortodoxa da Análise do Comportamento, o que dificultava a divulgação da ACT fora desses pequenos grupos. Depois de duas décadas de pouca visibilidade, surgiu outra geração de terapeutas que conheceu a ACT em eventos internacionais e jovens pesquisadores que se interessaram pela Teoria das Molduras Relacionais (RFT), dando à ACT certa respeitabilidade científica. Impulsionado também pela demanda de uma nova leva de alunos em terapia comportamental, a ACT se consolidou no Brasil no cenário clínico nacional, diferente de, mas em diálogo com a Terapia Analítica Comportamental.

Palavras-chave: Terapia de Aceitação e Compromisso; História; Ensaio

Abstract: This article considers the conceptual trajectory of Acceptance and Commitment Therapy (ACT) and its dissemination in Brazil. It describes how ACT was thought, in a context strongly influenced by Experimental Behavior Analysis, as an alternative to Cognitive-Behavioral Therapy. ACT was inspired by experimental studies on verbal control and rule-following, and contextualist philosophy. Presented by Steven Hayes during visits to Brazil, the approach and on contextualist philosophy was adopted early on by certain groups of behavioral therapists, who saw in ACT a coherent solution for working with thoughts and emotions. However, there there was slight approval of approval from the orthodox leadership of Behavior Analysis, which made it difficult to disseminate ACT outside these small groups. After two decades of limited visibility, another generation of therapists became familiar with ACT at international events, and young researchers showed interest in Relational Frame Theory (RFT), lending ACT a certain scientific respectability. Also driven by driven by the demand created by a new wave of students in behavioral therapy, ACT was consolidated in Brazil within the national clinical scenario, differing from, yet in dialogue with, Behavioral Analytical Therapy.

Keywords: Acceptance and Commitment Therapy; History; Essay

O conteúdo deste número especial evidencia o lugar que a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT; Hayes et al., 2012) conquistou no campo da terapia comportamental brasileira. Tal observação justifica uma reflexão sobre as origens da ACT e dos conceitos que conferiram a ela sua identidade singular.

Ressaltamos dois eventos no âmbito da Análise do Comportamento que forneceram, no fim do século passado, as condições para o surgimento da ACT. O primeiro foram as pesquisas experimentais que cederam maior importância ao controle verbal e governança por regras no estudo do comportamento humano (Baron et al., 1969; Galizio, 1979). O segundo foi o resgate do contextualismo funcional como base filosófica para o behaviorismo radical (Morris, 1988; Hayes et al., 1988).

Um novo olhar sobre o controle verbal

Demorou alguns anos após a publicação dos textos fundadores sobre o comportamento verbal (Skinner, 1957) e o comportamento governado por regras (Skinner 1966) para que estudos experimentais começassem a investigar como estímulos e respostas verbais (p. ex. pensar algo) influenciam outros comportamentos (p. ex. fazer algo). Alguns desses estudos identificaram padrões de respostas que não se adequaram às contingências se o controle verbal não era levado em conta na análise (Baron & Galizio, 1983; Lowe et al., 1973).

Foi demonstrado que tanto instruções fornecidas pelo experimentador (Galizio, 1979) quanto o comportamento verbal do próprio sujeito (Lowe et al., 1978) podem influenciar a performance sob esquemas de reforçamento. Em seguida, foi observado que comportamento guiado por instruções tende a ser menos sensível a mudanças de contingências do que comportamento inicialmente modelado por meio das contingências (Schimoff et al., 1981). Quando as descrições das contingências fornecidas pelo sujeito são modeladas para produzir regras falsas, essas regras tornam o comportamento ainda menos sensível do que as regras falsas formuladas pelo experimentador (Catania et al., 1982). Além disso, regras que especificam o desempenho

desejado tornam o comportamento menos sensível do que aquelas que descrevem supostas contingências (Matthews, et al., 1985).

Os novos dados possibilitaram uma explicação alternativa para os mecanismos ativos da Terapia Cognitiva, cuja eficácia já era amplamente reconhecida (Beck, 1967). Enquanto o modelo cognitivo enfatiza a reestruturação do conteúdo das crenças disfuncionais, as pesquisas apontaram que a eficácia dos controles verbais depende de variáveis que podem ser manipulados experimentalmente. Assim, a redução e modificação do controle verbal pode aumentar a sensibilidade do comportamento do cliente às contingências reais da sua vida (Zettle & Hayes, 1982).

Termos inovadores foram introduzidos para esclarecer os processos envolvidos (Hayes & Hayes, 1989; Zettle & Hayes, 1989): o seguimento de regras pode ser mantido pela correspondência entre as consequências experienciadas e as especificadas pelas regras (rastrear) ou por contingências sociais (aquiescência). Além disso, regras podem influenciar o estado motivacional da pessoa ou modificar o efeito das contingências sobre seu comportamento (aumentativos).

Durante uma interação, o ouvinte deve ser capaz de responder às diferentes conotações das afirmações do falante, e discriminar o contexto da conversação, a relação entre ele e o falante e a conexão, às vezes tênue, entre o relato e os fatos. No entanto, esse processo pode ser comprometido por aumentativos que induzem o ouvinte a seguir autorregras desconectadas das contingências reais. As funções de controles verbais podem variar dependendo dos contextos em que são produzidas e seguidas. Por exemplo, um mando emitido pelo falante pode ser interpretado como um tato pelo ouvinte. Além disso, o ouvinte pode responder a tatos impuros ou a intraverbais como se fossem tatos puros, e tanto tatos quanto mandos podem se tornar aumentativos para ele (Hayes et al., 1989).

Por um lado, estímulos verbais adquirem funções discriminativas, eliciadoras, estabelecedoras ou reforçadoras devido à sua participação em conjuntos de relacionais configuradas pela comunidade verbal (Hayes & Brownstein, 1986; Hayes et al., 2001). Por outro, palavras alteram as funções de outros eventos por meio das molduras re-

lacionais que as interconectam no repertório do ouvinte (Hayes & Hayes, 1989). Essa perspectiva estabeleceu o vínculo conceitual com a Teoria das Molduras Relacionais (RFT), que complementa o modelo original do comportamento governado por regras como base para ACT (Hayes et al., 1996; Hayes, 2004).

O cliente não é vítima passiva. Colabora na produção de controles verbais disfuncionais. Por exemplo, no comportamento de dar razões - envolvendo justificativas do tipo: “Não consegui sair da cama porque estava deprimido” ou “Comi até vomitar porque estava ansioso” tende a incentivar outras pessoas a reforçar o comportamento prejudicial que acompanha essas explicações. Dar razões que se referem a tais estados internos mobilizam as pessoas em torno do cliente para ajudá-lo a perpetuar o comportamento problemático (Zettle & Hayes, 1982).

A compreensão da natureza arbitrária e cultural do controle verbal ampliou as possibilidades terapêuticas. Nesse cenário, a relação terapeuta-cliente foi concebida como uma pequena comunidade verbal, capaz de enfraquecer padrões disfuncionais de controle verbal. Por meio de metáforas e exercícios experienciais, auxilia-se o cliente a reconhecer autorregras como produtos do seu comportamento ou da comunidade verbal, e não como descrições da realidade. Além disso, busca-se modificar as convenções linguísticas que sustentam narrativas problemáticas. Por exemplo: pede-se ao cliente fazer sempre a distinção entre fato e pensamento e relatar histórias sem justificar as ações com respostas privadas. Sentimentos e pensamentos são abordados como objetos e a “mente” é externalizada, como na pergunta: “Quem diz isso? Você ou sua mente?” (Hayes et al., 1989).

Nessa primeira fase, o tratamento era conhecido como Distanciamento Compreensivo (Zettle & Hayes, 1982) ou Terapia Contextual (Hayes, 1987). As intervenções focaram em alterar o controle verbal. O objetivo era criar um espaço psicológico suficientemente amplo para que o cliente pudesse interagir das formas mais diversas com suas experiências (Hayes, 1987; Zettle & Hayes, 1982). As tarefas de casa tinham como objetivo ajudar o cliente a descobrir que era possível realizar atividades como sair da cama ou manejar a alimentação de forma

adequada, mesmo na presença de eventos privados anteriormente utilizados como justificativa para comportamentos disfuncionais.

Contextualismo e Controle Contextual.

A literatura discutida acima sugere que os problemas que levam os clientes a buscar ajuda na psicoterapia estão relacionados ao controle verbal arbitrário, frequentemente de origem social. Assim, uma alternativa para a Terapia Cognitiva emergiu. Em vez de focar em processos e conteúdos cognitivos, o terapeuta deve conduzir a análise considerando o organismo em interação dinâmica com seu contexto histórico e situacional (Hayes et al., 1999).

Tal análise converge com o contextualismo proposto por Pepper (1942), e resgatado por Morris (1988) como fundamentação filosófica para a Análise do Comportamento. Em 1986, Steven e Linda Hayes se mudaram para a Universidade de Reno, onde behavioristas radicais, liderados por Willard Day, já investigavam questões filosóficas relacionadas à linguagem. Nesse novo ambiente, voltado para reflexões epistêmicas, os Hayes dedicaram vários seminários e cursos ao aprofundamento do contextualismo (Zettle & Wilson, 2022).

Hayes et al. (1988), apontam que, no contextualismo de Pepper, um ato é definido pela sua natureza vivenciada (qualidade) e pelas relações que produzem (textura). A textura resulta das conexões entre os detalhes de um ato, o contexto que interliga essas conexões e as referências envolvidas (p. ex. o ponto inicial e a trajetória das conexões). Pepper (1942) explica que as palavras não têm a função de representar a realidade, mas de organizar respostas a eventos e a relações de forma funcional, permitindo à pessoa interagir mais habilidosamente com o ambiente. Essa conceitualização antecipa a RFT, que propõe que molduras relacionais interconectam relações arbitrárias estabelecidas entre eventos, transferindo e transformando as suas funções de estímulos (Hayes et al., 1999; Hayes et al. 2001; para uma explicação detalhada em português, ver Perez et al., 2022).

Se a função de regras verbais depende dos contextos nos quais estão inseridas, a terapia deve fo-

car na modificação desses contextos que produzem e sustentam essa função. Armadilhas inerentes à linguagem, como os contextos de literalidade, controle, dar razões (Hayes, 1987) e de avaliação (adicionado por Hayes et al., 2002) precisam ser desmanteladas. Esses contextos promovem a regulação verbal de emoções e ações em detrimento da experiência direta. Favorecem respostas baseadas em regras arbitrárias, tentativas de eliminar encobertos avaliados como negativos, sem abordar as condições que os produzem, e a busca de reforço social para comportamentos prejudiciais. Posteriormente, esses processos reaparecem em diferentes formulações técnicas, como no acrônimo FEAR, que descreve os mecanismos subjacentes aos transtornos de ansiedade (Hayes et al., 2002): Fusão cognitiva (literalidade), *Evaluation* (avaliação), *Avoidance* (i. e. controle) e dar Razões.

O *self* é testemunho de todos esses processos, mas não a causa deles. A concepção do *self* como uma experiência de si que fornece o contexto para as demais vivências (Hayes, 1984) precede o desenvolvimento da ACT, mas foi gradualmente aprofundada em textos posteriores. A fusão com as ideias que a pessoa tem sobre si (eu-como-conteúdo, ou eu-conceito) deixa o comportamento rígido. Na terapia, o cliente vai aprendendo a responder a essas ideias como comportamentos próprios, e não como se fossem fatos (Hayes, 1995; Hayes & Gregg, 2001).

A consolidação do modelo

A ACT como a conhecemos hoje ainda não estava completa. A conceitualização da flexibilidade psicológica como a diminuição do controle verbal em favor de maior contato com as contingências (Hayes, et al., 1989) revelou uma lacuna na teoria: contingências inadequadas também podem modelar comportamentos rígidos. Assim, surge uma questão fundamental: uma vez enfraquecido o controle verbal, como a pessoa deve orientar-se? (Zettle & Wilson, 2022).

Essa lacuna foi abordada com a introdução do trabalho com valores. A primeira menção ocorreu em uma palestra de Hayes e Wilson em 1993, embora a ideia não tenha sido publicada formalmente na época. O primeiro protocolo de valores foi de-

envolvido para um estudo sobre dependência de drogas e, posteriormente, foi publicado no livro de Hayes et al. (1999). A partir dessa publicação, muitos diferentes protocolos foram divulgados (K. Wilson, comunicação pessoal, novembro de 2024).

Inicialmente, valores foram definidos como direções gerais de vida, que eram verbalmente construídas (Hayes et al., 1999). Essa definição gerou controvérsias, pois implicava que valores estão sob controle verbal, o que, teoricamente, seria esperado de promover rigidez psicológica. Como solução, foi proposta uma alternativa na qual valores não são verbalmente produzidos, mas sim verbalmente acessados. Valores não são produtos de comportamento verbal, mas qualidades que tornam o comportamento intrinsecamente reforçador (Villatte, 2020), ou, em outras palavras, são o que faz do próprio comportamento algo intrinsecamente reforçador, mas é necessário interpretar verbalmente o nosso comportamento para acessar quais são os nossos valores (Bach & Moran, 2008).

Durante as primeiras décadas, tanto estudiosos da ACT quanto críticos apontaram a ausência de um modelo teórico unificado. Em resposta a essa inquietação, o *Hexaflex* foi criado às pressas em 2003, durante uma reunião improvisada durante um congresso na Suécia (Hayes, comunicação pessoal, Minneapolis, junho de 2014). Esse modelo sintetiza de forma didática alguns dos processos centrais da ACT. A experiência do eu-como-processo, vinculada ao fluxo contínuo de experiências, isto é, o contato com as contingências atuais, foi incorporada ao *Hexaflex* sob o termo momento presente. Em conjunto com o eu-como-contexto, compõe o eixo central do *Hexaflex*, facilitando os demais processos: identificação de valores, desfusão cognitiva, aceitação e compromisso.

Reflexões mais aprofundadas deram origem a modelos alternativos, como o Matrix e o Triflex. O Matrix, é uma representação gráfica que captura a lógica da ACT: reduzir a luta contra os encobertos dolorosos e investir ações guiadas por valores (Polk & Schoendorff, 2014). Essa representação tem sido amplamente usada para apoiar intervenções clínicas sofisticadas (Schoendorff, et al., 2011).

Já o Triflex organiza os processos em três pivôs centrais: estar presente, abrir-se e fazer o que importa. Pivotar significa fazer mudanças cruciais

nas escolhas do dia-a-dia. O trabalho com o Triflex visa dois propósitos principais: interromper a luta contra a dor emocional, permitindo o manejo de pensamentos e sentimentos difíceis, e abandonar uma vida controlada por eventos privados para poder criar uma vida direcionada por valores. As intervenções terapêuticas são projetadas para ajudar o cliente a realizar essas mudanças de direção (Harris, 2009).

Brasil: O reencontro com a Análise do Comportamento

O primeiro contato do Brasil com a Terapia Contextual ocorreu em 1987, quando Steven Hayes ofereceu um colóquio em São Paulo e oficinas em São Carlos, entre outros assuntos, sobre relações verbais e sobre as contribuições da pesquisa de governança por regras para a psicoterapia experiencial. Houve uma oficina específica sobre a terapia contextual. Em 1989, Hayes apresentou uma oficina em São Paulo sobre as contribuições do contextualismo para a psicologia clínica e em Belém sobre relações verbais.

Ao ser questionado sobre a relação do Brasil com seu trabalho, Hayes considerou que estas foram as primeiras oficinas sobre RFT (e ACT) dadas por ele (ver Perez et al., 2022; p. 13). Assim, uma das primeiras audiências para o que estava sendo desenvolvido na RFT e na ACT naquela época era composta por pesquisadores brasileiros (W. Perez, comunicação pessoal, 3 de fevereiro, 2025).

Na primeira visita, Hayes trouxe os manuscritos de um capítulo sobre a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) e outro sobre a Terapia Contextual. Ambos seriam publicados em um livro organizado por Neil Jacobson (S. Hayes, comunicação pessoal, Minneapolis, junho de 2014). Os textos foram prontamente traduzidos e distribuídos por meio de fotocópias entre terapeutas comportamentais que buscavam ampliar as alternativas para lidar com eventos privados de forma alinhada à análise do comportamento (M. F. Conte, comunicação pessoal, 13 dezembro de 2025).

A parte do artigo que segue é baseada em depoimentos de psicólogos que vivenciaram essa história. Começamos a narrativa por uma colega, que

fazia especialização em Psicoterapia na Análise do Comportamento. Silvio Botomé, o responsável pela especialização, a convidou, juntamente com outras colegas, para assistir a apresentação de Hayes em São Carlos. Nessa ocasião, Hayes conduziu várias experiências que promoviam desfusão (embora o termo ainda não fosse utilizado), exploravam o eu-como-contexto e incentivavam a presença plena. “Essas experiências, a gente não conseguiu explicar [em termos analítico-comportamentais]. Só fomos entendendo gradualmente depois.” (M. Z. Brandão, comunicação pessoal, 30 dezembro 2024).

“Ouvindo Hayes na UFSCar entendemos que algo novo emergia sob o nome de *Comprehensive Distancing*. Levou algum tempo para que eu compreendesse que ele estava discutindo um operante verbal novo, que faria muita diferença para a atividade clínica. Foi mais fácil conectar as questões conceituais às clínicas quando, cerca de dois anos depois, na USP em São Paulo num auditório da FFCLCH, Hayes ministrou um workshop experiencial, e Fátima Conte foi minha dupla. Reconhecemos nestes exercícios semelhanças topográficas com vivências propostas nos tempos da contracultura. A diferença era o entendimento dos exercícios à luz das inovações teóricas que surgiram com as pesquisas de Hayes.” (R. Wielenska, comunicação pessoal 7 fevereiro 2025).

“Na prática, estávamos precisando disso. Era desespero de causa. Era difícil explicar [em encontros de Análise do Comportamento] como a gente trabalhava na clínica com comportamento verbal e o que isso adiantava. Tentamos explicar porque dava certo, mas a [nossa] explicação não era plausível. Acharmos intuitivamente que a ACT e a FAP resolveriam nosso problema. Mas era muito difícil a integração na Análise do Comportamento. Era algo novo, a forma em que Hayes se colocou. Foi difícil de explicar que eram inovações importantes. Trabalhar com pensamento era visto como se fosse mediacional, mas para nós isso era Análise do Comportamento. Por conta própria, a gente pôs tudo no currículo da graduação [da UEL].” (M. Z. Brandão, comunicação pessoal, 30 dezembro 2024).

N. Torres (comunicação pessoal, 21 de fevereiro 2025) já tinha ensinado psicologia experimental na UEL, mas foi efetivada na área clínica em 1989. Logo após, ingressou num grupo de estudos sobre ACT e FAP formado pelas docentes Maria Zilah Brandão, Fátima Conte e Vera Menezes. Ela foi alocada à matéria de Teoria e Técnicas Psicoterápicas na Comportamental, a qual preparava alunos para o estágio supervisionado em FAP e ACT. Inseriram literatura atualizada obtidos de Maly Delitti e Sônia Meyer. Adriana Barcelos, na época aluna da Verônica Bender Haydu, traduziu vários textos.

A especialização de Psicoterapia na Análise do Comportamento na UEL, iniciada em 1991 também usava literatura sobre ACT e FAP.

“Para nós [a ACT] era Análise do Comportamento. Por isso botamos na especialização. [...] Esse curso durou muito tempo. Demos aula a muita gente. Deve ter muito monografia de alunos que retratam essa inserção da FAP e da ACT. Teve muita produção nessa época” (M. Z. Brandão, comunicação pessoal, 11 de março 2025).

“Escrevemos [Maria Zilah Brandão e Nione Torres] um artigo sobre FAP, a Jocelaine [Silveira] o traduziu e mandou para Kohlenberg que o inscreveu num congresso em Toronto, em 1997, na mesa dele. Nós fomos apresentar. [...] No mesmo evento, houve uma palestra de Hayes que fez vários exercícios de distanciamento compreensivo e que passou material de leitura e aplicação. Esse contato pessoal ajudou a entender o que ele quis dizer sobre a mente - que ele falava.” (M. Z. Brandão, comunicação pessoal, 30 de dezembro 2024).

Autores de referência na Análise do Comportamento tomaram conhecimento do novo olhar sobre o comportamento verbal. Mattos (2001) mencionou conceitos como rastreamento e aquiescência, enquanto Guilhardi (1991) fez uma alusão a dois artigos de Hayes e outro de Zettle sobre regras e autorregras. Contudo, o interesse pela ACT diminuiu com o fortalecimento de abordagens como a Terapia Analítica-Comportamental (TAC, Zamignani, et al., 2008) e a Terapia por Contingências de Reforçamento (TCR, Guilhardi,

2004) que supriram a mesma demanda por formação de jovens analistas do comportamento que queriam trabalhar com psicoterapia.

A FAP teve melhor aceitação inicial entre analistas do comportamento, mas, tipicamente, o capítulo sobre a Terapia Contextual (Hayes, 1987) continuava em circulação junto ao da FAP do mesmo livro (Kohlenberg & Tsai, 1987). Uma analista do comportamento relembra esse tratamento diferente, durante um estágio em 1994:

“passaram dois textos e falaram: olha, foca nesse material aqui, no da FAP, no do Kohlenberg.” (R. Kovac, comunicação pessoal, 06 de abril, 2021). *“Nos direcionaram para seguir lendo Kohlenberg e parar de ler o Hayes, que na leitura parecia ter se tornado um cognitivista. Fui retomar a leitura do Hayes somente em 2008, a partir do livro de RFT”* (R. Kovac, comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2025).

Ao capítulo sobre a Terapia Contextual (Hayes, 1987) adicionaram-se traduções de outros artigos sobre ACT, tudo divulgado em fotocópia. Em 1997, chegando em Goiânia, o primeiro autor deste artigo buscava materiais em português para seu grupo de supervisão. Conseguiu, por vias indiretas, um pacote de textos traduzidos sobre FAP e ACT, incluindo o protocolo de tratamento de agorafobia utilizado na pesquisa pré-doutoral de Susan Melancon, o primeiro estudo empírico sobre ACT após o trabalho de Zettle sobre depressão. Esse protocolo detalha exercícios vivenciais, paradoxos e metáforas, e durante 14 anos serviu como leitura de estagiários até a publicação do primeiro livro brasileiro sobre ACT (Saban, 2011).

A linguagem foi, muitas vezes, uma barreira para sua divulgação: *“Aceitação, desfusão que não tem nem uma tradução direta para o português. Acho que isso para muitos da época não foi visto com bons olhos. [...] E isso durou muito tempo”* (R. Kovac, comunicação pessoal, 06 de abril, 2021). Outro depoimento sustenta essa experiência:

“Quando a gente foi falando de ACT no Paradigma, não conseguimos explicar que era uma novidade em termos de comportamento verbal. A gente não tinha essa profundidade

em termos de comportamento verbal para fazer que eles entendessem o que era distanciamento compreensiva, o que era isso que você não é seu comportamento” (M. Z. Brandão, comunicação pessoal, 11 de março de 2025).

O problema era possivelmente devido a diferenças culturais. A ACT surgiu nos Estados Unidos, onde a terminologia técnica dos terapeutas comportamentais divergia da empregada na Análise do Comportamento. Num congresso em Houston, em 2007, M. T. Saban (comunicação pessoal, 26 de novembro de 2024) notou que a Análise do Comportamento Estadunidense era restrita ao laboratório e a programas de ABA (Applied Behavior Analysis), e não tinha muita influência sobre a cultura de consultório e sobre a linguagem da psicoterapia. Em contraste, a terapia comportamental de matriz brasileira nasceu da Análise do Comportamento e utiliza a mesma linguagem.

Um estudo das publicações brasileiras sobre ACT permite concluir que, no início do século XXI, o debate na Análise do Comportamento sobre a ACT parecia ter sido engavetado com um posicionamento desfavorável (Lobato, 2014). Ao mesmo tempo, a Terapia Cognitiva Comportamental continuou gradualmente ganhando espaço em certos departamentos e a Terapia Analítica Comportamental expandiu muito rapidamente e intensamente, deixando pouco espaço para a ACT (N. Torres, comunicação pessoal, 20 de fevereiro, 2025).

Há indícios de que, durante esse período de pouco interesse entre professores e pesquisadores, terapeutas fora das universidades começaram a se interessar mais (M. N. Costa, comunicação pessoal, 04 dezembro 2024). A ressurgência foi lenta. Mais que uma meia década depois, uma adesão crescente de jovens terapeutas e de estudantes de Análise do Comportamento induziu uma aproximação gradual e cautelosa da parte de professores de referência na Análise do Comportamento, que se dispuseram a explorar o primeiro a RFT e depois a ACT (M. T. Saban, comunicação pessoal, 26 de novembro, 2024)

Alguns depoimentos ilustram a pouca aceitação do novo modelo. No congresso da ABPMC, realizado em Brasília em 2006, Hayes apresentou uma palestra plenária. Notando a metade da sala se levantar e sair logo no início da apresentação,

uma estudante indagou sobre a reação do público e recebeu como resposta: “Ele tem uma briga com Skinner”. Instigada pela curiosidade, a estudante viajou para participar no Instituto de Verão da ACT em Huston, em 2007, onde foi incentivada por Jackeline Pistorello a seguir com o estudo da ACT. A partir de então, Michaela começou a dar aulas sobre o tema para outros alunos e fez seu trabalho de conclusão de curso focado na ACT; M. T. Saban, comunicação pessoal, 26 de novembro de 2024).

Segundo outra colega:

“O Hayes veio, e uma fala com um viés cognitivista mesmo, os professores foram simplesmente saindo. Hayes ficou praticamente sozinho até o final da fala dele. Lembro de trazer o Kelly Wilson e dizer o quanto o pessoal aqui era behaviorista radical, para ele não se estranhar [...], e ele falar que era questão de tempo, para ter paciência, que essa “velha guarda” que estaria incomodada se acomodaria. E tem sido assim mesmo. Procurei ter o cuidado sempre de trazer pessoas que conversam melhor com os colegas da análise do comportamento: a Carmen Luciano já trouxe algumas vezes, o Törneke, o Villatte, por exemplo.” (R. Kovac, comunicação pessoal, 06 de abril, 2021).” (R. Kovac, comunicação pessoal, 06 de abril, 2021).

Por um lado, a divergência entre os conceitos da ACT e os da Análise do Comportamento de Skinner foi comentada (Guilhardi, 2012). Por outro lado, alguns analistas do comportamento argumentaram que a visão da ACT sobre comportamento relacional e pensamento como evento comportamental eram perfeitamente alinhados com o behaviorismo radical (Costa, 2012), fomentando um debate que contribuiu para um delineamento mais claro das diferenças entre a ACT, de um lado, e a TAC e a TCR do outro.

A integração da ACT no ensino permaneceu esporádica. Um exemplo que marcou o primeiro autor deste artigo, ocorreu em 2002, em Goiânia, quando uma aluna, ao defender seu trabalho de conclusão de curso baseado na ACT, exclamou de forma indignada: “Por que nada disso é ensinado na graduação?” Cinco anos depois, em São Paulo, M. T. Saban (comunicação pessoal, 26 de novem-

bro, 2024) que buscava orientação sobre a ACT, foi direcionada a uma professora que, apesar de avisar: “Eu não concordo com isso. Não acho que é Análise do Comportamento,” leu o livro de Hayes et al. (1999) com a aluna em encontros quinzenais. As anotações resultantes formaram a base para seu primeiro livro (Saban, 2011).

A conexão entre a ACT e o estudo do controle verbal foi um ponto de entrada para alguns analistas do comportamento. Por exemplo, uma estudiosa vislumbrou na ACT uma intersecção entre seus interesses em mindfulness e governança por regras. Participando de oficinas e eventos com, entre outros, Schoendorff em São Paulo, e um Bootcamp em Filadélfia, começou a dar cursos sobre ACT a partir de 2015, no início principalmente, em espaços de Análise do Comportamento. (M. Valentim, comunicação pessoal, 4 de dezembro 2024).

Outra analista do comportamento já conhecia as propostas de Hayes há anos, mas só depois de participar de uma aula de Carmen Luciano em 2013 em São Paulo, sentiu que entendeu “o que Hayes quis com a terapia” e entrou em contato com aspectos que a encantaram. De retorno a São Luís, proferiu palestra sobre ACT para a comunidade universitária. Fez o curso de Michael Saban e Karen Vogel e começou a trabalhar metáforas e linguagem nas suas sessões. Divulgou a abordagem nas disciplinas e no estágio. Logo, começou a ver a ACT no contexto mais amplo do Mindfulness e fez a formação de MBSR de Kabat Zinn em 2016 (M. N. Costa, comunicação pessoal, 04 de dezembro, 2024)

Na sombra do estudo do comportamento verbal, um outro tópico atuou como ponto de atração para alguns analistas do comportamento. O interesse pela base experimental da RFT acelerou a introdução da ACT nos espaços da Análise do Comportamento (M. T. Saban, comunicação pessoal, 26 de novembro, 2024). “Quando a Análise do Comportamento foi dando uma chance para a ACT, claro que eles entraram pela RFT” (K. Vogel, comunicação pessoal, 14 de janeiro, 2025). A primeira aula sobre a RFT no Instituto Paradigma já foi dada em 2006 (R. Kovac, comunicação pessoal, 26 de janeiro 2025).

W. Perez (comunicação pessoal, 3 de fevereiro, 2025; ver também Perez, no prelo) conheceu a RFT numa matéria do programa de doutorado em psicologia experimental na USP:

“Comecei a ler os experimentos e fui vendo que eles tinham dados extraordinários de um fenômeno que eu estava estudando, que era a transformação de função. Algo que cheguei completamente armado para poder criticar [...] eu acabei me encantando. E Roberta Kovac e Denis Zamignani estavam fazendo essa disciplina. Os dois eram terapeutas. Eu provavelmente escutei falar da ACT pela primeira vez por intermédio deles [...] e os textos de RFT mencionaram a ACT, eventualmente.”

Uma doutoranda, estudava a linguagem com base em autores como Skinner e Sidman, teve acesso a materiais sobre a RFT. Juntamente com um grupo de colegas, iniciou o estudo do primeiro livro sobre o tema (Hayes et al., 2001). Em 2006, deu sua primeira aula sobre RFT numa matéria de Comportamento Verbal no Instituto Paradigma, e em 2008 e 2009, com outros professores, aprofundou-se no livro de Hayes et al, 2001 e em seguida, no livro de Torneke (2010). Posteriormente, formou um grupo de pesquisa dedicado à aplicação da RFT na clínica (R. Kovac, comunicação pessoal, 06 de abril de 2021 e 26 de janeiro de 2025).

“A gente começou a fazer umas pesquisas em RFT que a gente apresentava e o pessoal não gostava. Falavam que não precisava. [...] Mas aí, a gente mandou uns pôsteres para a ACBS, que foi em Washington 2012. [...] Para nossa surpresa, apareceu o Steven Hayes, Dermot Barnes-Holmes, Carmen Luciano, Yvone Barnes-Holmes e vários alunos e a gente ficou por horas conversando ali. E daí surgiu um programa de pesquisa em RFT, que hoje também relaciona RFT com ACT.” (W. Perez, comunicação pessoal, 3 de fevereiro, 2025; Perez, no prelo).

Em certo caso, um contato mais intenso com a ACT foi necessário para convencer um analista do comportamento. Perez se inscreveu numa oficina nos Estados Unidos acreditando equivocadamente que seria sobre RFT (para detalhes, ver Perez, no prelo):

“Cheguei nesse curso, quatro, cinco dias de workshop sobre ACT. [...] Foi nesse momento que conheci a ACT do jeito que ela era e não só do

livro. [...] Eu era psicólogo de laboratório e estava vislumbrando ir para clínica. O exercício que mais me marcou foi um exercício de Steven Hayes explicando o que o sofrimento humano tinha a ver com a linguagem. E aí ele falou um pouquinho de RFT. [...] E daí, quando voltei para o Brasil, eu comecei a atuar como terapeuta ACT. Isto foi 2012.”

Num outro caso, uma matéria que apenas mencionou a ACT, mesmo que superficialmente, poderia se tornar um vetor de divulgação para novos alunos. K. Vogel (comunicação pessoal, 14 de janeiro de 2025) teve seu primeiro contato com a ACT no Instituto Paradigma em 2009, participou do congresso da ACBS em Reno, em 2010, como também Michaele Saban e Francisco Lotufo (do IPq). Utilizou a ACT em seu mestrado no HC de São Paulo, concluído em 2014.

A integração nos canais de formação iniciou nessa época.

“Para nossa comunidade, um avanço foi a introdução em 2008 de um módulo de introdução à ACT, do qual fui docente até 2023, no curso de Terapias Cognitiva e Comportamental promovido pelo AMBAN – IPqHCFMUSP. Dois anos após, em 2010, Michaele Saban e Karen Vogel iniciaram na mesma instituição o curso de Formação em ACT” (R. Wielenska, comunicação pessoal, 7 de fevereiro de 2025).

“Para os novos alunos, foi se tornando natural, não vi resistência. Incorporaram bem. Já os colegas mais antigos, creio que aconteceu, como comigo mesmo, uma exposição gradual ao assunto, ir conhecendo melhor, entendendo melhor o tipo de conversa que pode ser feita com tudo o que a gente já tem de conhecimento na área e adicionando as novidades, né? As pesquisas experimentais e as pesquisas aplicadas, essas psicoterapias mostrando eficácia, bons resultados, evidências, acho que isso foi fazendo ficar menos desconfortável.” (R. Kovac, comunicação pessoal, 06 de abril de 2021).

R. Boavista (comunicação pessoal, 13 de dezembro, 2024) conheceu a ACT em uma aula de terapia comportamental na graduação. As leituras mais

avanzadas que fez para seu trabalho de conclusão de curso ganharam corpo de tal maneira que sua orientadora o recomendou a publicá-lo em forma de livro (Boavista, 2012). Sua prática de ACT ganhou tração durante um estágio de dois anos em UTI, onde aceitação e flexibilidade eram essenciais. *“Foi um encontro de identificação mesmo, de entender que tem coisas que a gente não consegue controlar”.*

“Eu tinha, ao mesmo tempo, a oportunidade de estudar RFT no mestrado [na PUC São Paulo] e quis usar a minha monografia [no Instituto Paradigma] para estudar esquivas experienciais. Fazia muito sentido dedicar meus esforços para entender a fundo aquele troço. [...] Tentar encaixar a conceitualização e aquele incômodo presente de middle level terms, aquela coisa ali que eu achava que a gente não precisava. Então, o meu mestrado, na prática, é um mestrado skinneriano. [...] Eu começo a fazer alguns cursos. Conheço a Micha Saban, na PUC. Aí ela abre o curso do HC, virou extensão agora. Me chama para dar aula lá” (R. Boavista, comunicação pessoal, 13 de dezembro 2024).

A tradução dos conceitos da ACT para uma linguagem Skinneriana ajudou a legitimar a abordagem. Como Lobato (2014) destaca, o livro de Saban (2011) abordava a ACT numa linguagem analítico-comportamental. A nossa leitura do livro de Boavista (2012) deixou uma impressão similar. Parecia também evidente que, ao falar da ACT em espaços de Análise do Comportamento, usava-se essa linguagem para que esse público pudesse ver sentido no conteúdo apresentado (M. Valentim, comunicação pessoal, 4 de dezembro de 2024). Mesmo assim, a compatibilidade entre a ACT e a Análise do Comportamento continuou sendo objeto de discussão. Que um texto de Conte (2009) descreve progressos feitos nessa direção, testemunha da resistência que existia.

A nova ascensão não foi linear. Num primeiro momento, os cursos de Análise do Comportamento apenas faziam menções gerais à ACT. Quando se começou a aprofundar nos processos, gerava debates. Levou alguns anos até que o clima de polêmica se estabilizasse (K. Vogel, comunicação pessoal, 14 de janeiro, 2025). Ocorreram outros altos e baixos:

“Lá em 2012, 13, a ACT aparece com essa grande promessa. [...] Tem um segundo movimento, dentro dos ambientes acadêmicos que eu frequentei. [...] Era uma coisa de apontar o dedo e dizer como aquilo ali não era analítico comportamental. Nesses últimos anos, [...] é de tentativa de reaproximação conceitual” (R. Boavista, comunicação pessoal, 13 de dezembro 2024).

Gradualmente, o argumento ganhou espaço de que as metáforas e exercícios vivenciais, embora distintos, eram compatíveis com a Análise do Comportamento e o fato de a ACT trabalhar com cognições não se configurava como um ponto de divergência, já que estas não eram tratadas como variáveis independentes, mas sim como comportamentos inseridos em um contexto (Costa, 2012). Nesse sentido, a ACT podia ser apresentada como uma ferramenta inovadora e diferenciada, que deveria ser disponibilizada para os estudantes e os profissionais da Análise do Comportamento (Boavista, 2012).

O primeiro período significativo de produções brasileiras sobre ACT, registrado entre 2011 e 2012 (Lobato, 2014), logo depois de uma década de relativo silêncio, coincidiu com a proliferação de módulos sobre ACT em cursos de especialização em terapia comportamental. Foram fundados cursos em que a ACT seria, às vezes em conjunto com a FAP, como no curso do Instituto Continuum em Londrina, o elemento central do programa. O Instituto de Psiquiatria (IPq) em São Paulo incorporou a ACT em seu curso de especialização em terapia cognitivo-comportamental, atraindo clínicos de todo o país e a partir de 2011 patrocinou o curso de ACT (K. Vogel, comunicação pessoal, 14 de janeiro, 2025).

“Tinha uma resistência contra a ACT na nossa comunidade, uma resistência que a gente já tinha enfrentado com a RFT.” Júlio de Rose encorajava o grupo de estudo em RFT de publicar no JEAB: “Foi um marco que liberou a gente de falar sobre RFT do jeito que a gente quisesse, e também de tomar coragem de falar sobre ACT, não como uma técnica que estava descolada do que a gente sabia sobre Análise do Comportamento. A gente podia se apropriar da ACT de um jeito que tives-

se a nossa cara” (W. Perez, comunicação pessoal, 3 de fevereiro, 2025).

A ACT não é mais oferecida aos analistas do comportamento como uma caixa de técnicas: “Quando você tem esse monte de gente usando essa ferramenta para reduzir sintomas. Então, você tem uma quebra de premissa lógica na coisa. Hoje, eu tenho mais alunos que me perguntam sobre processos comportamentais envolvidos na ACT do que me pedem referência, por exemplo, de metáfora. A gente tem conseguido apresentar o modelo de intervenção como algo a ser pensado. [...] Por exemplo, a gente já consegue falar de RFT de uma maneira mais natural do que a gente falava 6, 7 anos atrás. Quanto mais 10 anos atrás. Era aquela coisa tenebrosa.” (R. Boavista, comunicação pessoal, 13 de dezembro 2024).

A ideia inicial de criar a ACBS Brasil emergiu no congresso mundial em Parma em 2011, mas demorou até 2017 para ser efetivamente fundada, quando mais brasileiros começaram a frequentar o congresso (K. Vogel, comunicação pessoal, 14 de janeiro, 2025). A partir de 2020, a ACBS Brasil promoveu seis eventos sobre ACT.

Conclusão

A coleção de estudos clínicos randomizados envolvendo a ACT cresceu substancialmente no cenário internacional, passando de 60 em 2014 para mais de 1.000 em 2023 (Arch et al., 2023). Além disso, o congresso anual reúne mais de 1000 profissionais, indicando que a ACT está se tornando uma abordagem madura, capaz de competir com tratamentos estabelecidos, como a Terapia Cognitiva Comportamental.

No Brasil, identificamos, no fim do século passado, uma fase de divulgação informal na comunidade clínica, por via de fotocópias. Ela foi seguida por um período de relativo silêncio em que parecia que a ACT não conseguia passar pelo crivo da epistêmica behaviorista. Descrevemos como a abordagem encontrou um novo público por via da demanda de alunos, pelo interesse de analistas do comportamento pela RFT e pelas experiências de jovens terapeutas em congressos internacionais. Chama atenção

que os dois primeiros livros brasileiros sobre a ACT (Boavista, 2012; Saban, 2011) foram o resultado de trabalhos de alunos de graduação.

Como perspectiva futura, a recepção crítica da ACT pela Análise do Comportamento pode possibilitar um enriquecimento mútuo entre as duas abordagens. Enquanto desafios persistem no que diz respeito à contextualização da ACT dentro da Análise do Comportamento, a ACT trouxe inovações em termos de intervenção clínica, enquanto a precisão terminológica da Análise do Comportamento permitiu aos proponentes da ACT conectar seus princípios aos processos comportamentais fundamentais.

Todavia, enquanto o presente artigo se apoiou em conversações informais com colegas incidentalmente conhecidos pelos autores, uma busca mais cuidadosa de informantes tomaria mais tempo que tivemos à disposição. Os autores deixam como sugestão para quem queria se dedicar ao assunto - talvez seja um tema possível para uma dissertação futura - de investigar de forma mais sistemática a história da ACT no Brasil.

Referências

- Arch, J. J., Fishbein, J. N., Finkelstein, L. B., & Luoma, J. B. (2023). Acceptance and commitment therapy processes and mediation: Challenges and how to address them. *Behavior Therapy, 54*(6), 971–988. <https://doi.org/10.1016/j.beth.2022.07.005>
- Bach, P., & Moran, D. J. (2008). *ACT in practice: Case conceptualization in acceptance and commitment therapy*. New Harbinger.
- Barlow, D. H., Hayes, S. C., & Nelson, R. M. (1984). *The scientist practitioner: Research and accountability in clinical and educational settings*. Pergamon Press.
- Baron, A., & Galizio, M. (1983). Instructional control of human operant behavior. *The Psychological Record, 33*(4), 495–520.
- Baron, A., Kaufman, A., & Stauber, K. A. (1969). Effects of instructions and reinforcement-feedback on human operant behavior maintained by fixed-interval reinforcement. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 12*(5), 701–712. <https://doi.org/10.1901/jeab.1969.12-701>
- Beck, A. T. (1967). *Depression: Clinical, experimental, and theoretical aspects*. Harper and Row.
- Boavista, R. (2012). *Terapia de aceitação e compromisso: Mais uma possibilidade para a clínica comportamental*. ESEtec.
- Catania, A. C., Matthews, B. A., & Shimoff, E. (1982). Instructed versus shaped human verbal behavior: Interactions with nonverbal responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 38*(3), 233–248. <https://doi.org/10.1901/jeab.1982.38-233>
- Conte, L. M. (2010). Revisitando a ABPMC: A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) de 1987 a 2009: O que se aprendeu sobre ela? In *Anais do XVIII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental* (Vol. 1).
- Costa, N. (2012). Terapia de aceitação e compromisso: É uma proposta de intervenção cognitivista? *Perspectivas em Análise do Comportamento, 3*, 117–126. <https://doi.org/10.5935/1679-0359.20120012>
- Galizio, M. (1979). Contingency-shaped and rule-governed behavior: Instructional control of hu-

- man loss avoidance. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 31(1), 53–70. <https://doi.org/10.1901/jeab.1979.31-53>
- Guilhardi, H. J. (1994). Um modelo comportamental de análise dos sonhos. Em B. Rangé (Org.), *Psicoterapia comportamental e cognitiva para transtornos psiquiátricos* (pp. 257-267). Campinas: Psy.
- Guilhardi, H. J. (2004). Terapia por Contingências de Reforçamento. Em C. N. de Abreu & H. J. Guilhardi (Orgs.), *Terapia Comportamental e cognitivo-comportamental - práticas clínicas* (Cap. 1). São Paulo, Editora Roca.
- Guilhardi, H. J. (2012). Considerações históricas e conceituais sobre a terceira onda no Brasil. Trabalho apresentado no XXI Encontro da ABPMC.
- Harris, R. (2009). *ACT made simple: An easy-to-read primer on acceptance and commitment therapy*. New Harbinger Publications.
- Hayes, S. C. (1984). Making sense of spirituality. *Behaviorism*, 12, 99–110.
- Hayes, S. C. (1987). A contextual approach to therapeutic change. In N. S. Jacobson (Org.), *Psychotherapists in clinical practice: Cognitive and behavioral perspectives* (pp. 327–387). Guilford Press.
- Hayes, S. C. (Org.). (1989). *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control*. Plenum.
- Hayes, S. C. (1995). Knowing selves. *The Behavior Therapist*, 18, 94-96.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*, 35, 639–665. [https://doi.org/10.1016/S0005-7894\(04\)80013-3](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(04)80013-3)
- Hayes, S. C., Bissett, R., Korn, Z., Zettle, R. D., Rosenfarb, I., Cooper, L., & Grundt, A. (1999). The impact of acceptance versus control rationales on pain tolerance. *The Psychological Record*, 49, 33-47.
- Hayes, S. C., & Brownstein, A. J. (1986). Mentalism, behavior-behavior relations, and a behavior-analytic view of the purposes of science. *The Behavior Analyst*, 9, 175-190.
- Hayes, S. C., Gifford, E., & Wilson, K. (1996). Stimulus classes and stimulus relations: Arbitrary applicable relational responding as an operant. In T. Zentall & P. Smeets (Eds.), *Stimulus class formation in humans and animals* (pp. 279-301). Elsevier.
- Hayes, S. C., & Gregg, J. (2001). Functional contextualism and the self. In J. C. Muran (Ed.), *Self-relations in the psychotherapy process* (pp. 291–307). American Psychological Association.
- Hayes, S. C., & Hayes, L. J. (1989). The verbal action of the listener as a basis for rule-governance. In S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 153–190). Plenum.
- Hayes, S. C., Hayes, L. J., & Reese, H. W. (1988). Finding the philosophical core: A review of Stephen C. Pepper's *World Hypotheses: A Study in Evidence*. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 50, 97–111. <https://doi.org/10.1901/jeab.1988.50-97>
- Hayes, S. C., Kohlenberg, B. S., & Melancon, S. M. (1989). Avoiding and altering rule-control as a strategy of clinical intervention. In S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 359–385). Plenum Press.
- Hayes, S. C., Pankey, J., & Gregg, J. (2002). Anxiety and Acceptance and Commitment Therapy. In E. A. Gosch & R. A. DiTomasso (Eds.), *Comparative treatments of anxiety disorders* (pp. 110-136). Springer.
- Hayes, S. C., Rosenfarb, I., Wulfert, E., Munt, E., Zettle, R. D., & Korn, Z. (1985). Self-reinforcement effects: An artifact of social standard setting? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 18, 201-214. <https://doi.org/10.1901/jaba.1985.18-201>
- Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1993). Some applied implications of a contemporary behavior-analytic account of verbal events. *The Behavior Analyst*, 16, 283-301.
- Hayes, S. C., Zettle, R. D., & Rosenfarb, I. (1989). Rule following. In S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 191-220). Plenum.
- Lobato, M. I. (2014). *Terapia de Aceitação e Compromisso: Análise das produções brasileiras*. Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz.

- Lowe, C. F., Beasty, A., & Bentall, R. P. (1983). The role of verbal behavior in human learning: Infant performance on fixed-interval schedules. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 39(1), 157–164. <https://doi.org/10.1901/jeab.1983.39-157>
- Lowe, C. F., Harzem, P., & Hughes, S. (1978). Determinants of operant behavior in humans: Some differences from animals. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 30(2), 373–386. <https://doi.org/10.1080/14640747808400684>
- Matthews, B. A., Shimoff, E., Catania, A. C., & Sagvolden, T. (1977). Uninstructed human responding: Sensitivity to ratio and interval contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 27(3), 453–467. <https://doi.org/10.1901/jeab.1977.27-453>
- Mattos, M. A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3, 51-66.
- Morris, E. K. (1988). Contextualism: The world view of behavior analysis. *Journal of Experimental Child Psychology*, 46, 289-323.
- Perez, W. F. (no prelo). Carrying the legacy of my heroes. Em C. Harte, D. Barnes-Holmes, M. Sivaraman, J. C. de Rose, & J. C. & Leslie (2026). *Personal Narratives on the Behavior Analysis of Human Language and Cognition: Stories from Around the World*. Routledge.
- Perez, W. F., Kovac, R., de Almeida, J. H., & de Rose, J. C. (2022). *Teoria das molduras relacionais: conceitos, pesquisa e aplicações*. Paradigma.
- Pepper, S. C. (1942). *World hypotheses: A study in evidence*. University of California Press.
- Polk, K. L., & Schoendorff, B. (2014). *The ACT matrix: A new approach to building psychological flexibility across settings and populations*. New Harbinger.
- Saban, M. T. (2011). *Introdução à terapia de aceitação e compromisso*. ESETec.
- Shimoff, E., Catania, A. C., & Matthews, B. A. (1981). Uninstructed human responding: Sensitivity of low-rate performance to schedule contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 36(2), 207–220. <https://doi.org/10.1901/jeab.1981.36-207>
- Schoendorff, B., Grand, J., & Bolduc, M. F. (2011). *La thérapie d'acceptation et d'engagement: Guide clinique*. DeBoeck.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1966). An operant analysis of problem solving. In B. Kleinmuntz (Ed.), *Problem solving: Research, method and theory* (pp. 133-171). Wiley.
- Törneke, N. (2010). *Learning RFT: An introduction to Relational Frame Theory and its clinical application*. New Harbinger.
- Villatte, M. (2020). Using clinical RFT to enhance our ACT interventions: The example of values work. In M. E. Levin, M. P. Twohig, & J. Krafft (Eds.), *Innovations in acceptance and commitment therapy: Clinical advancements and applications in ACT*, (pp. 30-40). New Harbinger.
- Zamignani, D. R., Silva Neto, A. C. P., & Meyer, S. B. (2008). Uma aplicação dos princípios da análise do comportamento para a clínica: a terapia analítico-comportamental. *Boletim Paradigma*, 3, 9-17.
- Zettle, R. D., & Hayes, S. C. (1982). Rule-governed behavior: A potential theoretical framework for cognitive-behavioral therapy. In P. C. Kendall (Ed.), *Advances in cognitive-behavioral research and therapy* (Vol. 1, pp. 73–118). Academic Press.
- Zettle, R. D., & Hayes, S. C. (1989). Dysfunctional control by client verbal behavior: The context of reason-giving. *The Analysis of Verbal Behavior*, 4, 30–38.
- Zettle, R. D., & Wilson, K. G. (2022). Progression of ACT. In M. P. Twohig, M. E. Levin, & J. M. Petersen (Eds.), *The Oxford handbook of Acceptance and Commitment Therapy*. Oxford University Press.

Histórico do Artigo

Submetido em: 09/12/2024

Aceito em: 18/08/2025